

### A educação no retorno às aulas pós-pandemia: a visão de professores em exercício de direção sindical

Education upon returning to the classroom after the pandemic: the views of teachers working as union leaders (abstract: p. 17)

La educación en el retorno a las clases postpandemia: la visión de profesores en ejercicio de dirección sindical (resumen: p. 17)

**Katia Reis de Souza**<sup>(a)</sup>

<katia.reis@fiocruz.br> 

**Gideon Borges dos Santos**<sup>(b)</sup>

<gideon.borges@fiocruz.br> 

**Andréa Maria dos Santos Rodrigues**<sup>(c)</sup>

<andrearodriguesquintao@gmail.com> 

<sup>(a, b)</sup> Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Avenida Leopoldo Bulhões, n. 1480, Manguinhos. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 21041-210.

<sup>(c)</sup> Fonoaudióloga. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

O objetivo deste artigo consiste em problematizar mudanças ocorridas nos processos de trabalho docente com foco no retorno presencial às aulas, pós-pandemia e suas implicações para a saúde do professor. Trata-se de uma pesquisa social de caráter qualitativo e de natureza pedagógica, com ênfase em estratégias participativas de produção de conhecimento. Utilizou-se a metodologia da Comunidade Ampliada de Pesquisa adaptada para o ambiente virtual. Para coleta das informações, realizaram-se duas oficinas virtuais, cujas discussões foram analisadas conforme a técnica da análise de conteúdo temática, obtendo-se as seguintes categorias: "mudanças no trabalho em escolas"; "tempo tecnológico de trabalho e horas extraclasse não remuneradas"; "defasagens e cansaço pós-pandêmico"; "saúde nos rescaldos da pandemia"; e "o papel pedagógico da vigilância sindical pela saúde". Por fim, observou-se a importância do papel pedagógico da vigilância sindical pela saúde em contexto de adversidades social e política.

**Palavras-chave:** Trabalho docente. Saúde de professores. Sindicatos. Tecnologias digitais.

## Introdução

No texto intitulado “Os professores depois da pandemia”<sup>1</sup>, problematizam-se formas de manter a esperança e a superação frente a tragédias com repercussões tão profundas na vida das pessoas. Os autores Nóvoa e Alvim<sup>1</sup> afirmam que “a escola, tal como a conhecíamos, acabou. Começa, agora, uma outra escola”<sup>1</sup> (p. 2). Por certo, após alguns meses do fim oficial da emergência sanitária global de Covid-19, decretado pela Organização Mundial de Saúde no dia 5 de maio de 2023, vive-se a readaptação ao processo de trabalho presencial em escolas, mas não sem estranhamentos e críticas por parte de professores e suas organizações sindicais.

Durante o triênio pandêmico (2020-2023), mudanças profundas no trabalho docente, principalmente nas formas de mediação e de comunicação pedagógicas, foram observadas. O uso exacerbado das tecnologias digitais no processo educacional suscita questionamentos acerca das alterações no trabalho docente e o impacto na saúde de professores. Souza et al.<sup>2</sup> ressaltam sinais e sintomas em professores relacionados à saúde mental – como nervosismo, esgotamento mental, estresse, ansiedade, irritabilidade, depressão, cansaço e medo –, já existentes antes da pandemia e agravados pelos uso excessivo das tecnologias no trabalho.

No plano histórico, a classe trabalhadora sofre as consequências das alterações da nova organização capitalista no trabalho, a partir da década de 1990, período de recrudescimento do ideário neoliberal<sup>3</sup>, que reflete um processo denominado por Druck<sup>4</sup> de “precarização social do trabalho”. Nesse ponto, a autora utiliza a expressão “psicopatologia da precarização”<sup>4</sup> (p. 49), definição relacionada ao campo da saúde mental para denunciar a violência no ambiente laboral oriunda das exigências de mudanças e readaptações dos processos de trabalho impostas aos trabalhadores pelo modelo econômico.

Alguns autores<sup>5-7</sup> denunciam, muito antes da pandemia, a precarização e intensificação do trabalho docente frente às novas exigências do capital. Nesse contexto, chama-nos a atenção como processos de intensificação do trabalho são internalizados pelos docentes e transformados em processos de autointensificação laboral, que foram aprofundados pela pandemia<sup>8</sup> em uma espécie de “servidão voluntária”, para utilizar a definição clássica de La Boétie<sup>9</sup>, com consequências coletivas para a saúde.

Para efeito de análise a respeito do movimento de retorno dos docentes ao trabalho e de seus efeitos para a saúde durante o triênio pandêmico, consideram-se dois momentos: o primeiro (2020-2021), denominado “adaptação ao trabalho remoto”, é coincidente com o início da pandemia até o período de vacinação em massa, no qual os docentes lançaram mão do improviso e da criatividade para dar conta das demandas emergentes<sup>10-14</sup>. Já o segundo momento (2022-2023) é designado de “readaptação ao trabalho presencial”, ocorrido com o fim oficial da pandemia, no qual os docentes vivenciaram efeitos de outra grande mudança no trabalho em curto espaço de tempo, com repercussões, principalmente, para a saúde mental<sup>15</sup>.

A intensificação no uso das tecnologias digitais na mediação das relações do trabalho de professores foi um traço comum nesses dois períodos. Conforme ressaltaram Valente et al.<sup>11</sup>, as exigências requeridas no contexto de pandemia não apenas obrigaram os docentes a incorporar mudanças no processo de trabalho mas também impuseram a estes profissionais, paralelamente, um forte investimento de formação permanente. Em muitos casos, os docentes contaram somente com a própria experiência e colaboração de colegas, sem qualquer apoio institucional<sup>14</sup>.

Decorridos alguns meses de retorno às escolas, professores ainda vivem o processo de readaptação ao trabalho presencial. Santos e Queiroz<sup>16</sup> chamam a atenção para o receio generalizado dos professores a respeito da reorganização do trabalho escolar em contexto pós-pandêmico e os efeitos sobre a saúde docente. Nesse sentido que residem as preocupações deste artigo: problematizar mudanças ocorridas nos processos de trabalho docente com foco no retorno presencial às aulas, pós-pandemia, e suas implicações para a saúde do professor.

Na Argentina, Schwal<sup>17</sup> constatou que o retorno ao ensino presencial trouxe como desafio a (re)conexão dos alunos com o espaço escolar, especialmente porque experimentaram um novo processo de socialização. A investigação concluiu que alunos e professores preferem o ensino presencial. Por outro lado, o estudo de Fernandez e Fukuhara<sup>18</sup>, no Peru, afirma que esse novo cenário escolar não será inteiramente presencial, mas sim apoiado em processos educativos híbridos.

De certo, os trabalhadores não estão passivos frente às adversidades laborais. Pelo contrário: eles resistem, por meio de antigas e novas formas de defesa coletiva da saúde, principalmente os sindicatos docentes, algo que não é demonstrado nos estudos sobre o tema, razão que pautou a escolha por esse segmento.

## Quadro teórico-metodológico

No plano epistemológico, adota-se como princípio que o trabalhador é sujeito do processo de conhecimento, na medida em que sua experiência e saberes acerca das situações laborais concretas constituem parte essencial do conhecimento científico sobre a saúde dos trabalhadores<sup>19</sup>. Nessa vertente, “observações espontâneas” procedentes da percepção dos próprios trabalhadores são adotadas como fonte primária de informação para se gerar conhecimento sobre a saúde a partir das transformações do trabalho<sup>20</sup>. Complementarmente, adota-se a concepção de saúde como interação social e resistência política<sup>21</sup>, conforme a formulação dialética presente nos escritos da obra *O capital*<sup>22</sup>, segundo a qual a saúde está em permanente interação com o processo e a organização do trabalho. O trabalhador é sujeito criativo que luta e resiste às deteriorações do capital, tornando-se assim protagonista de sua própria história<sup>23</sup>. Na vertente da saúde do trabalhador, a saúde encontra-se profundamente conectada à ideia de promover processos de lutas e movimentos de defesa da saúde em articulação com as organizações de trabalhadores<sup>19,20</sup>.

Convergente com a aceção de Marx e Engels<sup>24</sup>, entende-se que o êxito da união dos trabalhadores por meio de sindicatos nacionais e internacionais torna mai forte a lutas da classe trabalhadora contra a exploração do modo de produção

capitalista<sup>24</sup>. Os sindicatos são, acima de tudo, movimentos de organização política dos trabalhadores essenciais para defesa coletiva da saúde no trabalho<sup>19,25</sup>, capazes de operar como instrumento coletivo de luta para ampliar a autoconfiança dos trabalhadores e a sua consciência de classe<sup>26</sup>.

As diversas situações de trabalho e de luta podem ser melhor compreendidas a partir da ótica de cada trabalhador por meio de sua vivência e experiência, pois, conforme afirmam de Laurell e Noriega<sup>20</sup>, a experiência no trabalho possui caráter de proteção e de defesa da saúde, embora necessite de processos que a formalize. Gramsci<sup>27</sup> é quem propõe aos trabalhadores o exercício da atividade intelectual, seja como especialistas, filósofos da própria atividade de trabalho, dirigentes ou agentes políticos de transformação social. Diferentemente de um intelectual em sua forma tradicional, Gramsci<sup>27</sup> considera que os intelectuais devem dar organicidade à classe a que pertencem com inserção ativa na vida prática, possibilitando mudanças sociais.

## Procedimentos de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa social de caráter qualitativo e de natureza pedagógica com ênfase em estratégias participativas de produção de conhecimento<sup>28,29</sup>. Nessa vertente de pesquisa social, “o processo de conhecer o mundo anda de mãos dadas com a sua transformação”<sup>28</sup> (p. 9), sendo “diálogo” a palavra-chave para o entendimento da natureza pedagógica da pesquisa, sendo este um diálogo solidário entre diferentes saberes.

Para Brandão e Streck<sup>28</sup>, a partilha do conhecimento produz solidariedade entre academia e movimentos sociais, consolidando uma parceria capaz de promover luta social contra o trabalho precarizado e intensificado dos docentes; e a defesa da saúde por meio do fortalecimento de suas organizações.

A estratégia de pesquisa orientou-se pelos parâmetros da Comunidade Ampliada de Pesquisa (CAP), adaptada para o ambiente virtual (CAP on-line)<sup>30</sup>. Vale dizer que as limitações dessa abordagem consistem em efetivar a interação virtual para o diálogo, o domínio do aparato tecnológico por parte dos participantes de pesquisa e, ainda, o acesso a equipamentos e à internet de qualidade<sup>30</sup>.

A concepção originária de CAP, desenvolvida por Brito e Athayde<sup>31</sup>, inclui a valorização da experiência do trabalho e de processos dialógicos que resultem em ações de transformação laboral<sup>19</sup>.

Para coleta das informações, realizaram-se duas oficinas virtuais, que foram gravadas e transcritas no período de dezembro de 2022 a março de 2023, com professores da educação básica e em exercício de direção sindical pertencentes a dois sindicatos: Sindicato dos Professores de Macaé e Região (Sinpro Macaé) e Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ). Foram dez os participantes da pesquisa, sendo três do sexo masculino e sete do feminino, com idades entre 35 e 55 anos. Todos mantinham vínculo de trabalho em escolas pertencentes às redes pública e/ou privada com experiência profissional que

variava de cinco a trinta anos, sendo este o mesmo período de atuação sindical dos participantes da presente pesquisa.

Na primeira oficina, os participantes falaram livremente a respeito do retorno presencial. A partir desse processo, foram selecionados temas geradores, ou seja, aqueles temas principais procedentes do diálogo, que foram reapresentados aos participantes e problematizados no segundo encontro<sup>29</sup>. A análise dos materiais do diálogo foi efetuada por meio da técnica da análise de conteúdo temática, adaptada à modalidade dos estudos participativos<sup>28,29</sup>. Os temas foram agrupados conforme significado e de acordo com o objetivo do estudo, compondo as seguintes categorias empíricas que formaram o escopo de interpretação dos dados<sup>32</sup>: “mudanças no trabalho em escolas”; “tempo tecnológico de trabalho e horas extraclasse não remuneradas”; “defasagens e cansaço pós-pandêmico”; “saúde nos rescaldos da pandemia”; e o “papel pedagógico da vigilância sindical pela saúde”.

Como artifício de proteção à identificação dos entrevistados, usou-se uma combinação alfanumérica para apresentação dos resultados de pesquisa. Assim, a letra “P” significa “professor” e, quando acompanhada do “A”, refere-se a quem se autodeclarou do sexo feminino. A letra subsequente refere-se a uma escolha aleatória de identificação do professor entrevistado. Por fim, quanto à numeração, trata-se de uma referência ao excerto procedente da primeira (1) ou segunda (2) reunião.

A pesquisa obteve o consentimento do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (CEP-ENSP), sob o número 4.115.201.

## Resultados e discussão

### Mudanças no trabalho escolar na era digital

Antunes<sup>33</sup>, ao refletir sobre o futuro do trabalho, alerta para a consolidação da flexibilização laboral na era digital e a emergência de um tipo de trabalhador: os “novos escravos intermitentes globais” (p. 19), que se caracterizam, em última análise, pela permanente disponibilidade para o trabalho e maior controle pelo capital, levando à perda de autonomia e à degradação da vida<sup>33</sup> (p. 19). No tocante ao processo de trabalho docente, o uso do aparato tecnológico representa uma significativa mudança, que se agravou em contexto de pandemia e que diz respeito à autointensificação laboral e novas exigências precarizadas de trabalho, que afetam a subjetividade e a sociabilidade dos professores<sup>34</sup>.

[...] eu acho que a pandemia abriu uma nova porta, uma nova porta que a gente não tem como voltar atrás [...] pra que a gente possa acompanhar a cabeça dos nossos alunos [...]. Eu digo que eu tô pretendendo fazer o meu *kit* pedagógico, que é uma mala de rodinha, onde eu vou colocar meu *mini-datashow*, meu computador, meu fone, meu amplificador de voz, minha caixinha de som. (PaN1)

O professor, ele teve a sua vida invadida ao abrir a sua casa, abrir o seu telefone... [...] enfim, acabou a nossa privacidade. (PaS1)

[...] as escolas não estavam aparelhadas; os professores ficaram desesperados pra dar conta, e aí acabou indo muito pelo WhatsApp mesmo, porque era o que o aluno tinha acesso às tais tecnologias [...]. O professor tendo que se reinventar [...] usava pouco a tecnologia, ter que aprender, e ainda mais adquirir. (PaD2)

Nos relatos dos professores, sobressaem o descompasso entre o trabalho precarizado e as novas exigências tecnológicas na educação. Sem dúvida, a temática da relação entre tecnologias digitais e trabalho docente suscitou alguns paradoxos observáveis nos relatos: o primeiro é representado pelo dilema entre a necessidade de adaptação da estrutura tecnológica ao processo de aprendizagem, pelos baixos salários, pela falta de apoio por parte do poder público e pela demanda das novas gerações (discentes), habituados com recursos imagéticos e telemáticos no seu cotidiano. Já no segundo, a necessidade de estreitamento da comunicação entre professores e alunos durante a pandemia propiciou a invasão de privacidade do professor, que é demandado por alunos e suas famílias durante e após a jornada de trabalho, graças aos dispositivos móveis, configurando outra modalidade de sobrecarga no trabalho.

No plano estrutural, interpreta-se que o mundo do trabalho passa por mudanças profundas de natureza tecnológica com efeitos nos processos de trabalho e na vida das pessoas, consequências de contradições próprias do capitalismo. Harvey<sup>35</sup> chama atenção para o fato de que as tecnologias produzem novos metabolismos sociais que provocam mudanças e adaptações na vida das pessoas: “Modos de viver e pensar são drasticamente modificados para abarcar o novo em detrimento do velho”<sup>35</sup> (p. 99). Assim, em concordância com Barros et al.<sup>36</sup>, o uso intensivo das tecnologias continuará, pois se trata de novas formas de viver, trabalhar e de ensinar, tanto na educação básica quanto no ensino superior. Desta forma, os professores, acostumados à educação presencial, encontram-se forçados a novas adaptações laborais.

## **Tempo tecnológico de trabalho e horas extraclasse não remuneradas**

Nos diálogos com os professores, ganhou destaque, conforme aceção procedente dos sindicatos docentes<sup>37</sup>, o tema da hora tecnológica, compreendida como o tempo de trabalho dispensado fora do horário contratual devido ao uso de tecnologia da informação e comunicação. Evidentemente, essa mudança no processo laboral de professores se insere no contexto de transformações estruturais do mundo do trabalho que foram aprofundadas no período pandêmico. Essas alterações sucedidas no tempo de trabalho docente parece atender, segundo Antunes<sup>33</sup>, ao que se convencionou chamar de “plataformização do trabalho”, cujo aspecto central diz

respeito à indivisibilidade entre tempo de trabalho e tempo livre, com consequências coletivas para a saúde.

[...] esse tempo do trabalho tecnológico, ele, além de ter sido uma novidade, ele tem um outro problema, ele tem um problema relacionado à ausência de direitos e amparos [...] isso aconteceu justamente muito mais acentuado na pandemia [...] O cara ficava 24 horas ligado na escola e obviamente as consequências disso são as de ordem emocional, da saúde mental, porque a ansiedade, a falta de estabilidade do trabalho – no caso do setor privado, mas também no setor público – não era muito diferente. (PaH1)

Então, o zap, o telefone, essa linha direta com a nossa vida, com a nossa intimidade, com os nossos finais de semana fizeram com que a gente trabalhasse muito mais [...]. E usando o nosso 1/3 pra planejamento ou pra qualificação, pra atualização. Enfim, tudo foi mexido na nossa vida. (PaN1)

[...] porque o professor, ele trabalha pra além das suas horas [...] porque ele trabalha em casa, finais de semana... [Essas horas extras] precisam ser pagas; precisam constar numa convenção. É coisa que a gente briga já há muito tempo [...]. (PaM2)

Note-se que os diálogos destacam uma instabilidade na carga horária de trabalho que, devido ao aparato tecnológico, passou a ocupar parte das horas de lazer do trabalhador. Atualmente, não é possível delimitar com clareza o tempo de trabalho do tempo livre porque a tecnologia rompeu essas fronteiras, impondo uma nova relação com o trabalho. Por certo, é da natureza do trabalho docente dedicar tempo às atividades escolares fora do ambiente de trabalho.

É uma realidade incontestável que professores vivem atualmente intensa volatilidade tecnológica do mundo do trabalho, com efeitos desconhecidos para saúde e para formação. De acordo com Metzger<sup>15</sup>, essas mudanças no trabalho podem suscitar perda do sentido do trabalho, principalmente no que diz respeito aos saberes e às competências coletivas que são características da educação. Porém, não somente aqui residem as preocupações do autor. Além do uso massivo das tecnologias digitais, devido ao contexto de isolamento da pandemia, as aprendizagens dos alunos também têm sido alvo de uma reflexão que põe em cheque o sentido da educação e da atividade docente<sup>38</sup>.

## Defasagens e cansaço pós-pandêmico

A preocupação alusiva à defasagem de aprendizagem dos alunos devido à pandemia foi uma temática recorrente. De acordo com os professores, o trabalho de recuperar o conteúdo curricular será processual e difícil. Os docentes se sentem muito cobrados para corrigir a defasagem do ensino ocasionada pela pandemia.

[...] A gente tem um trabalho que é de tentar retornar pelo menos a 2019 [...] recuperar o tempo perdido. Eu acho muito difícil que isso possa ser feito de um ano pra outro. (PB2)

Sempre fomos cobrados, mas agora, esse ano, eu percebi, que nós estamos sendo exageradamente cobrados no sentido de ajudar esses alunos [...] no sentido de que a gente precisa ajudar essa turma ou esse aluno a passar [...] Então não tem jeito, o processo da pandemia foi complicado [...] agora tá sendo mais cansativo e massacrante pro professor. (PaS1)

[...] a pandemia, ela é usada como justificativa e como fator de pressão, onde retira a responsabilidade do poder público e joga a responsabilidade para o profissional de educação [...]. (PaL1)

O quadro de ansiedade gerado pelo retorno presencial às aulas e associado à necessidade de atualização de conteúdos escolares para os alunos obterem bons resultados pesam sobre os ombros dos professores. Esse cenário, conjugado com formas de pressão e de cobrança no trabalho, potencializa a vivência de sofrimento e mal-estar docente, com consequências para a saúde mental. É necessário, portanto, estar alerta ao aparecimento de estresse e estafa devido ao sobre-esforço advindo do compromisso e da responsabilidade inerente à própria atividade docente. Para lidar com dificuldades de aprendizagem e atrasos escolares, novas configurações do calendário escolar e do planejamento curricular no período pós-pandemia deverão ser considerados, o que exige diálogo aberto, sem ameaças ou pressão<sup>39</sup>.

No plano pedagógico, Bastos<sup>40</sup> assegura que o professor deve adotar como parâmetro o nível coletivo por meio do retrato de cada turma. Daí, busca-se a adequação do planejamento, aulas e avaliações orientadas pelo currículo. Para a autora, a maioria dos estudantes, após a pandemia, está de fato com defasagem no nível de aprendizagem referente a um ou dois anos anteriores.

Verificou-se durante o estudo que, além dos problemas de ordem pedagógica no retorno às aulas, dificuldades de infraestrutura nas escolas, como a superlotação das salas de aula, são queixas recorrentes para o bom andamento do trabalho. Essa situação ocorre nas escolas tanto privadas quanto públicas, em áreas urbanas e rurais.

[...] essa ausência de políticas de reforma e reconstrução de escolas, tá fazendo com que justamente as salas fiquem sempre superlotadas; [...] nós temos alunos [...] da área urbana. A gente tinha uma média de três vans, hoje, nós temos três ônibus, que levam alunos da região tanto rural quanto do centro para estudar lá na área rural. (PaS1)

A sala de aula [...] onde eu trabalho é no mínimo quarenta alunos por sala [...] é inviável trabalhar; tem uma turma que tem 45 [...]. Na escola particular que eu dou aula, também não, ela tem as salas cheias também [...] tem as mesmas situações. (PB1)

As adversidades no retorno presencial às aulas tornou parte do trabalho do professor, no que diz respeito ao desafio tanto de trazer de volta os alunos para a escola quanto de driblar as dificuldades pedagógicas e de infraestrutura escolar, como a superlotação das salas de aula. Havia ainda o risco de contaminação presente em ambientes confinados, mesmo com a vacinação em massa, como no momento do estudo de Souza et al.<sup>41</sup>, o que torna evidentes as condições inadequadas de infraestrutura para que o retorno às aulas ocorresse de modo satisfatório.

O estudo de Garcia, Rios-Neto e Miranda-Ribeiro<sup>42</sup> assevera que as escolas de ensino médio regular da rede pública no Brasil sofrem efeitos de indicadores alusivos à precarização da infraestrutura. Segundo os autores<sup>42</sup>, o investimento em infraestrutura é considerado um facilitador do melhor desempenho dos alunos e, certamente, do trabalho docente. As melhores condições de infraestrutura escolar com bibliotecas, por exemplo, estão na zonas urbanas, revelando um traço das desigualdades nas escolas brasileiras, o que certamente se exacerbou em cenário pandêmico e que carece de aprofundamento de novos estudos.

## Saúde nos rescaldos da pandemia

O tema da contaminação nos ambientes de trabalho escolar em contexto pandêmico tomou parte significativa do tempo de diálogo entre os participantes. Verificou-se o receio de contágio, insegurança, ansiedade, estresse pós-traumático e outras queixas, além de sintomas relacionados à saúde mental que permaneceram em contexto pós-pandêmico, como queixas sucessivas de contaminação por Covid-19.

A Covid voltou? Não voltou, ela não foi embora, né!? [...] Ela se misturou com a questão da influenza [...] Você não sabe mais se tá com covid ou com influenza. Então, toda semana tem aluno que falta, porque tá com ou Covid ou influenza. (PB1)

[...] eu tenho percebido, o adoecimento, no silêncio [...] é um silêncio retumbante na escola [...] as pessoas não falam que estão doentes; as pessoas não falam que estão com Covid. (PaH2)

[...] ontem, quinta-feira e sexta, só duas turmas que tiveram aula no primeiro turno. Nós estamos com uma média de uns três ou quatro profissionais da escola positivados. E essa que é a realidade. Vai parar? Não, continua, vai ter aula. (PaS2)

Do ponto de vista dos participantes do estudo, foi possível observar uma peculiaridade temporal no período de retorno presencial ao trabalho em razão da situação sanitária, gerando um quadro de insegurança, medo e mal-estar nas escolas. Considera-se o “período de rescaldo pandêmico” a fase que se sucede ao período crítico da pandemia e ao abrandamento dos riscos de contaminação, que se

difere do conceito de “ondas”, quando ocorreram variações epidemiológicas durante o estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional<sup>43</sup>.

Daí, deve-se tirar lições, como a elaboração de protocolos de segurança nos ambientes de trabalho, mesmo no período de diminuição dos registros de casos com notificação formais, para que, em contexto de futuras pandemias, alguns erros não se repitam. Notadamente, recomenda-se a manutenção do uso coletivo de máscaras e higienização das mãos, bem como a redução do tempo de permanência em ambientes fechados e a renovação do ar nesses ambientes<sup>44</sup>.

São recomendadas ainda formas de vigilância participativa nos locais de trabalho que monitorem, continuamente, os índices de afastamento por motivo de saúde em escolas, mesmo em períodos de normalidade sanitária. Essa modalidade de práticas coletivas de vigilâncias por locais de trabalho fornece suporte para o diálogo acerca do retorno presencial ao trabalho, de modo que se construam saídas coletivas para o enfrentamento das dificuldades. De acordo com Souza, Bonfatti e Santos<sup>45</sup>, os processos de vigilância em saúde do trabalhador e a mitigação das causas da nocividade do trabalho somente obtêm sucesso quando acompanhados das condições objetivas para o exercício real da democracia e da cidadania nos ambientes de trabalho.

Por certo, vive-se ainda no pós-Covid-19 uma outra pandemia: a de adoecimento mental no trabalho<sup>14</sup>. Nesse sentido, indica-se fortemente a criação de um sistema de apoio psicológico para ajudar professores, alunos e outros profissionais em escolas no retorno presencial<sup>44</sup>. Esse serviço de apoio psicológico escolar pode propiciar um ambiente saudável e de qualidade na escola, no qual alunos e professores têm a possibilidade de buscar ajuda quando apresentam algum quadro de sofrimento<sup>44</sup>.

[...] é até pior porque muitas escolas estão sem docentes [...] Isso tá incidindo em tudo o que foi dito aí, no adoecimento, na aprendizagem, em tudo quanto é coisa, entendeu!?! (PaD2)

[...] as professoras vão doentes... vão sim; elas vão doentes, ou então, quando elas têm liberação, elas parecem culpadas, por estar casa, e por estar doente [...] a gente não tem nem o direito de ficar doente. [...]. (PaR2)

Para Muniz et al<sup>46</sup>, o uso de medicamentos para tratamento de sintomas de ansiedade e depressão tem sido cada vez mais frequente entre docentes e as evidências encontradas apontam para a importância de ações que possibilitem melhorias nas condições de trabalho dessa categoria profissional. Na mesma direção, o estudo de Souza, Dell’Agli et al<sup>14</sup> assegura que novas formas de organização do trabalho, ocasionadas pela situação pandêmica, tendem a infligir em corpos e mentes docentes novos elementos estressores que, aliados aos que já existiam, contribuem para um maior desgaste mental e, conseqüentemente, para um adoecimento psíquico.

É uma forma de persistência da síndrome do esgotamento profissional, também denominada como *burnout*, um distúrbio psíquico decorrente de tensões

emocional e física provocadas por condições de trabalho altamente desgastantes, que afeta todos os campos da vida profissional e pessoal do trabalhador, com ênfase, contemporaneamente, ao desgaste suscitado pelo trabalho em ambientes digitais e teletrabalho<sup>47</sup>. Frente a esse esgotamento, buscar ações coletivas de vigilância e enfrentamento são vias de saída possíveis, das quais as organizações sindicais têm papel relevante.

## O papel pedagógico da vigilância sindical pela saúde

Nos diálogos transcritos, foram verificadas contribuições sindicais na vigilância de saúde de professores e no monitoramento da políticas governamentais que incidem sobre o trabalho em escolas.

[...] porque, no retorno, o sindicato também sinalizou várias campanhas além dessa questão da CAT [Comunicação de Acidente de Trabalho], além da campanha da vacina, além da testagem permanente [...]. Então, nós estamos chegando agora em dezembro [2022], gente vivenciando aquilo que nós vivenciamos há um ano atrás, lá em agosto: o tal do abrir e fechar [...]. O sindicato fez uma campanha dizendo “A Covid foi considerada uma doença ocupacional!”. (PaH1)

Ah! Esses últimos dias no mês de novembro, rodando escola, achei direção com Covid em casa e direção em sala de aula por conta de professor com Covid, de licença. Então tá desse jeito, poucos profissionais, os profissionais tendo que dar conta de tudo! [...] Então a gente tá focando no concurso e na presença de mais profissionais dentro da escola! (PaD1)

Observou-se o importante papel de disseminação das informações, por parte dos sindicatos, a respeito dos direitos de professores em período pandêmico, com destaque para a emissão de CAT, em casos de Covid-19, cujo reconhecimento como doença ocupacional foi uma conquista da classe trabalhadora. De acordo com Maeno<sup>48</sup>, no caso da Covid-19, medidas protocolares não farmacológicas continuam sendo essenciais e devem ser obrigatórias nos ambientes de trabalho, nos quais milhões de pessoas permanecem diariamente por oito horas ou mais. Segundo a autora<sup>48</sup>, nenhum protocolo atingirá o seu objetivo se não for compreendido pelos trabalhadores como um instrumento para sua proteção, o que pode ocorrer com sua participação na elaboração, no acompanhamento e na atualização dos procedimentos.

Embora a ação de vigilância sindical seja autônoma e entendida como educativa e protetiva, ela deverá estar atenta às medidas sanitárias adotadas nas esferas governamentais. No Brasil, vivenciaram-se consequências de políticas erráticas e conflitantes<sup>48</sup>, o que reforça o papel pedagógico da crítica e contestação sindical com a participação ativa da base de professores nas ações de vigilância nos locais de trabalho, bem como a adoção de informações com bases científicas<sup>49</sup>.

Ressalta-se, por fim, que não há uma vigilância sistemática nos ambientes de trabalho em escolas como política pública por parte dos governos, o que sinaliza para a relevância do papel pedagógico da vigilância sindical pela saúde de forma permanente, fora também de período pandêmico. No entanto, a vigilância nos locais de trabalho em escolas não se constitui em um projeto trivial, considerando a grande heterogeneidade das redes públicas e privadas e o quadro geral de precarização do trabalho na educação. Em vista disso, entende-se a importância capital de processos formativos e estudos levados a termos por sindicatos em parceria com a academia, com o intuito principal de promover vigilância em saúde como ação cotidiana dos próprios trabalhadores, formalizando a experiência, inventividade, criatividade e inteligência de docentes como parte do conhecimento para se intervir no trabalho e fazer frente à falta de suporte em escolas<sup>19,31</sup>.

## Considerações finais

Nóvoa<sup>50</sup> afirma o regresso dos professores ao centro das preocupações e das políticas, no século XXI, como elementos insubstituíveis não só na promoção da aprendizagem, mas também no desenvolvimento de processos de integração que respondam aos desafios da diversidade pedagógica e de métodos apropriados de utilização das novas tecnologias.

O uso compulsório massivo das tecnologias digitais no trabalho escolar durante o período da pandemia, algo profetizado por um participante da pesquisa que anunciou tratar-se de um caminho sem volta, trouxe algumas preocupações. A primeira delas trata das mudanças no processo de trabalho docente, que tem exigido dos professores nesse novo momento readaptações e construção de novos saberes para dar conta dos desafios impostos pelo retorno às atividades presenciais. Um deles diz respeito às aprendizagens discentes, que, claramente, não correspondem às expectativas da escola e dos professores. Esta, contudo, não é a única preocupação: todo o cenário de ameaça e morte trazido pela pandemia, que persistiu com o retorno às atividades presenciais, associado às mudanças exigidas pelo trabalho docente com esse retorno, tem provocado esgotamento físico e psíquico do docente, porque este se vê precisando equacionar novos e velhos problemas.

Por outro lado, importa considerar que o sindicalismo docente constitui-se como um movimento combativo que possui características próprias, haja vista que seus membros, como docentes e formadores, conferem às ações sindicais uma maior valorização da cultura pedagógica sindical. É no sindicalismo que o corpo docente encontra rotas de fuga para enfrentamento das pressões oriundas do trabalho, em um movimento de construção de saúde, pela importância pedagógica e política desses profissionais na construção de ambientes de trabalho escolares mais saudáveis e democráticos.



## Contribuição das autoras

Todos os autores participaram ativamente de todas as etapas de elaboração do manuscrito.

## Financiamento

A publicação desse artigo contou com apoio do Programa de Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp / Fiocruz), por meio de recursos Capes Proex Nº: 1673/2024 / 88881.974063/2024-01.

## Conflito de interesse

Os autores não têm conflito de interesse a declarar.

## Direitos autorais

Este artigo está licenciado sob a Licença Internacional Creative Commons 4.0, tipo BY ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)).



### Editora

Denise Martin Coviello

### Editor associado

Carlos Eduardo Carrusca Vieira

### Submetido em

16/02/24

### Aprovado em

12/06/24

## Referências

1. Nóvoa A, Alvim Y. Os professores depois da pandemia. *Educ Soc.* 2021; 42:e249236. doi: 10.1590/ES.249236.
2. Souza KR, Santos GB, Rodrigues AMS, Felix EG, Gomes L, Rocha GL, et al. Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. *Trab Educ Saude.* 2021; 19:e00309141. doi: 10.1590/1981-7746-sol00309.
3. Antunes R. O privilégio da servidão: o novo proletário de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo; 2018.
4. Druck G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? *Cad CRH.* 2011; 24 Spec No:37-57. doi: 10.1590/S0103-49792011000400004.
5. Neves MYR, Seligmann-Silva E. A dor e a delícia de ser (estar) professora: trabalho docente e saúde mental. *Estud Pesqui Psicol.* 2006; 6(1):63-75.
6. Hypolito AM, Vieira JS, Pizzi LCV, Crisina L. Reestruturação curricular e autointensificação do trabalho docente. *Curr Sem Front.* 2009; 9(2):100-12.
7. Souza KR, Brito JC. Sindicalismo, condições de trabalho e saúde: a perspectiva dos profissionais da educação do Rio de Janeiro. *Cienc Saude Colet.* 2012; 17(2):379-88. doi: 10.1590/S1413-81232012000200012.
8. Souza KR, Santos GB, Rodrigues AMS, Felix EG, Gomes L. Diários de professores(as) na pandemia: registros em cadernetas digitais de trabalho e saúde. *Interface (Botucatu).* 2022; 26:e210318. doi: 10.1590/interface.210318.
9. La Boétie E. O discurso da servidão voluntária. Petrópolis: Vozes; 2022.
10. Rondini CA, Pedro KM, Duarte CS. Pandemia do covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na práxis docente. *Interfaces Cient Educ.* 2020; 10(1):41-57. doi: 10.17564/2316-3828.2020v10n1p41-57.
11. Valente GSC, Moraes EB, Sanchez MCO, Souza DF, Pacheco MCMD. O ensino remoto frente às exigências do contexto de pandemia: reflexões sobre a prática docente. *Res Soc Develop.* 2020; 9(9):e843998153. doi: 10.33448/rsd-v9i9.8153.
12. Morgado JC, Sousa J, Pacheco JA. Transformações educativas em tempos de pandemia: do confinamento social ao isolamento curricular. *Prax Educ.* 2020; 15:e2016197.
13. Maia FL, Bernardo KAS, Bridi MA. As configurações do trabalho remoto da categoria docente no contexto da pandemia covid-19. *Novos Rumos Sociol.* 2020; 8(14):8-39. doi: 10.15210/norus.v8i14.19908.
14. Souza JM, Dell'Agli BAV, Costa RQF, Caetano LM. Docência na pandemia: saúde mental e percepções sobre o trabalho on-line. *Teor Prat Educ.* 2021; 24(2):142-59.
15. Metzger J-L. Mudança permanente: fonte de penosidade no trabalho? *Rev Bras Saude Ocup.* 2011; 36(123):12-24. doi: 10.1590/S0303-76572011000100003.
16. Santos RBR, Queiróz PP. A educação no cenário pandêmico: o que dizem os professores da educação básica sobre o retorno às aulas presenciais. *Rev Intellectus.* 2021; 20(2):28-49. doi: 10.12957/intellectus.2021.60921.
17. Schwal MA. Confinamento e retorno às aulas na Argentina: histórias de professores sobre desigualdade em uma pandemia. *Texto Livre.* 2022; 15:e38009. doi: 10.35699/1983-3652.2022.38009.



18. Fernandez L, Fukuhara M. Los desafíos del retorno a la educación presencial em odontología em el contexto de la pandemia por covid 19. *Rev Estomatol Herediana*. 2022; 32(2):197-202. doi: 10.20453/reh.v32i2.4221.
19. Re A, Marri G, Briante G, Oddone I, Chiatella M, Glória S. Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde. 2a ed. São Paulo: Hucitec; 2021.
20. Laurell AC, Noriega M. Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário. São Paulo: Hucitec; 1989.
21. Souza KR, Rodrigues AMS, Fernandez VS, Bonfatti RJ. A categoria saúde na perspectiva da saúde do trabalhador: ensaio sobre interações, resistências e práxis. *Saude Debate*. 2017; 41 Spec No 2:254-63. doi: 10.1590/0103-11042017S221.
22. Marx K. O Capital. São Paulo: Boitempo; 2013. Vol. 1.
23. Harvey D. Para entender o Capital. São Paulo: Boitempo; 2013.
24. Marx K, Engels F. Manifesto comunista. São Paulo: Boitempo; 2010.
25. Rodrigues AMS, Souza KR. Trabalho e saúde de docentes de universidade pública: o ponto de vista sindical. *Trab Educ Saude*. 2018; 16(1):221-42. doi: 10.1590/1981-7746-sol00104.
26. Bottomore TB, editor. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1983.
27. Gramsci A. Cadernos do cárcere. 4a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2006. Vol. 2.
28. Brandão CR, Streck DR, organizadores. Pesquisa participante: a partilha do saber. São Paulo: Ideias & Letras; 2006.
29. Freire P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2014.
30. Santos GB, Souza KR, Rodrigues AMS, Gomes L, Felix EG, Araujo LM, et al. Comunidade Ampliada de Pesquisa em ambiente virtual (CAP on-line) sobre trabalho e saúde docente. *Saude Debate*. 2022; 46(132):240-51. doi: 10.1590/0103-1104202213217.
31. Brito J, Athayde M. Trabalho, educação e saúde: o ponto de vista enigmático da atividade. *Trab Educ Saude*. 2003; 1(2):239-66.
32. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 13a ed. São Paulo: Hucitec; 2013.
33. Antunes R. ¿Cuál es el futuro del trabajo en la era digital? *Obs Latinoam*. 2020; 4(1):12-22.
34. Previtali FS, Fagiani CC. Trabalho digital e educação no Brasil. In: Antunes R, organizador. Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. São Paulo: Boitempo; 2020. p. 217-36.
35. Harvey D. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo; 2016.
36. Barros CCA, Souza AS, Dutra FD, Gusmão RSC, Cardoso BLC. Precarização do Trabalho Docente: reflexões em tempos de pandemia e pós pandemia [Internet]. *Ensino Perspect* [Internet]. 2021 [citado 25 Out 2023]; 2(2):1-23. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4975>
37. Sindicato dos Professores de Mogi das Cruzes e região. Hora tecnológica (relatório de pesquisa) [Internet]. Mogi das Cruzes: SINPRO MOGI; 2023 [citado 20 Maio 2023]. Disponível em: <http://4acessoftware.com.br/sinpro/index.php/2018/10/26/hora-tecnologica/>



38. Souza KR, Santos GB, Rodrigues AMS, Felix EG, Gomes L, Guarany AMB, et al. Trabalho docente, tecnologias digitais e a defesa da saúde: desigualdades na educação pública em contexto de crise sanitária. *Trab Educ.* 2023; 32(2):144-61.
39. Gatti BA. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. *Estud Av.* 2020; 34(100):29-41.
40. Bastos M. Avaliações pós pandemia: desafios encontrados por docentes de escolas municipais. *Ensino Perspect.* 2022; 3(1):1-7.
41. Souza IN, Simão MOAR, Souza JCS. Da sala de aula a conexão: desafios para o retorno ao ambiente escolar após a “primeira onda” da pandemia de Covid-19 em Manaus, AM. *Delos Desarr Local Sosten.* 2023; 16(46):2416-36. doi: 10.55905/rdelosv16.n46-027.
42. Garcia RA, Rios-Neto ELG, Miranda-Ribeiro A. Efeitos rendimento escolar, infraestrutura e prática docente na qualidade do ensino médio no Brasil. *Rev Bras Estud Popul.* 2021; 38:e0152.
43. Moura EC, Cortez-Escalante J, Cavalcante FV, Barreto ICHC, Sanchez MN, Santos LMP. Covid-19: temporal evolution and immunization in the three epidemiological waves, Brazil, 2020–2022. *Rev Saude Publica.* 2022; 56:105.
44. Sunde RM. O enfrentamento da covid-19 no retorno às aulas presenciais na rede escolar pública: medo e ansiedade entre alunos e professores. *REVISE.* 2022; 9:208-22. doi: 10.46635/revise.v9ifluxocontinuo.2307.
45. Souza KR, Bonfatti RJ, Santos MBM. Participação social, vigilância em saúde do trabalhador e serviço público. *Trab Educ Saude.* 2015; 13(2):261-82. doi: 10.1590/1981-7746-sip00064.
46. Muniz CFD, Carvalho NN, Freitas AMC, Patrão AL, Araújo TM, Pinho PS. Como ficou a saúde mental de docentes universitários durante a pandemia da Covid-19? *REAS.* 2023; 23(5):e12145. doi: 10.25248/REAS.e12145.
47. Oliveira LPF, Tourinho LOS. Síndrome de Burnout, teletrabalho e revolução tecnológica: um estudo do adoecimento profissional em tempos de Covid-19. *Rev Juridica Trab Desenvolv Humano.* 2020; 3:17.
48. Maeno M. Covid-19 como uma doença relacionada ao trabalho. *Rev Bras Saude Ocup.* 2021; 46:e54.
49. Jackson Filho JM, Assunção AA, Algranti E, Garcia EG, Saito CA, Maeno M. A saúde do trabalhador e o enfrentamento da Covid-19. *Rev Bras Saude Ocup.* 2020; 45:e14.
50. Nóvoa A. Professores: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa; 2009.

---

The aim of this study was to problematize changes in teaching work process, focusing on the return to face-to-face teaching after the pandemic and the implications for teacher health. We conducted a qualitative social and pedagogical study with emphasis on participatory knowledge production strategies. We used the expanded research community methodology adapted for virtual settings. The data were collected by means of two virtual workshops. The discussions held during these workshops were analyzed using thematic content analysis, resulting in the following categories: work changes in schools; technology working time and unpaid outside class hours; post-pandemic lag behind and tiredness; health in the aftermath of the pandemic; and the pedagogical role of union health surveillance. Finally, the findings revealed the importance of the pedagogical role of union health surveillance in a context of social and political adversities.

**Keywords:** Teaching. Teacher health. Unions. Digital technologies.

---

El objetivo de este artículo consiste en problematizar cambios habidos en los procesos de trabajo docente con enfoque en el retorno presencial a las clases, postpandemia, y sus implicaciones para la salud del profesor. Se trata de una investigación social de carácter cualitativo y de naturaleza pedagógica, con énfasis en estrategias participativas de producción de conocimiento. Se utilizó la metodología de la Comunidad Ampliada de Investigación adaptada para el ambiente virtual. Para la colecta de las informaciones se realizaron dos talleres virtuales, cuyas discusiones se analizaron conforme la técnica del análisis de contenido temático, obteniéndose las siguientes categorías: cambios en el trabajo en escuelas, tiempo tecnológico de trabajo y horas extra-clase no remuneradas, desfases y cansancio postpandémico, salud en los rescoldos de la pandemia, el papel pedagógico de la vigilancia sindical por la salud. Finalmente, se observó la importancia del papel pedagógico de la vigilancia sindical por la salud en contexto de adversidad social y política.

**Palabras clave:** Trabajo docente. Salud de profesores. Sindicatos. Tecnologías digitales.